

NOMES DE RUAS DE UM BAIRRO DE CÁCERES-MT: NAS TRILHAS DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA¹

Maristela Cury Sarian²

Uma das condições básicas para o exercício da cidadania é ter um endereço, regularizado, oficializado e denominado.

(Diário oficial do município de São Paulo, 28.12.1991)

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a designação dos nomes das ruas do bairro Cohab Nova, localizado no município de Cáceres-MT, a fim de examinar o funcionamento desses nomes sob a ótica da Semântica do Acontecimento. Discorremos, ainda que de modo breve, a respeito da história do bairro, tomando a pouca legislação encontrada e entrevistas com moradores do bairro como parâmetro. Posteriormente, procedemos à análise dos nomes das ruas sob os pontos de vista morfossintático, semântico-enunciativo e do memorável. Recorremos a entrevistas de pessoas que participaram direta ou indiretamente do processo de nomeação dessas ruas, como os moradores do bairro que ali residem há mais de vinte anos, bem como profissionais liberais que de forma direta ou indireta acompanharam a criação do bairro e participaram de todo o processo de nomeação.

Palavras-chave: semântica do acontecimento; nomeação; designação; nome de rua.

Abstract: This essay aims at analyzing the streets attribution names from Nova Cohab neighborhood, located at Cáceres City-MT in order to verify the process of the attributions through the Occurrence Semantics point of view. We intend to comment, although briefly, on the history of the neighborhood taking the mere legislation and the interviews registered with the neighborhood members as a scope. After that we are going to proceed the analysis of the street titles under the morphosyntactic, declarative semantic and memorable parameters.

We are also going to use the interviews from people who took part directly or not in naming those streets, as the residents who live there for more than twenty years, as well as the professionals that have watched the launching of the neighborhood and all the naming process.

Palavras-chave: Occurrence Semantics; naming; attribution; street name.

¹ Trabalho de Qualificação de Área em Semântica, desenvolvido durante o Doutorado em Linguística na UNICAMP.

² Professora da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). *E-mail:* maristelasarian@unemat.br

1. Breves considerações sobre a semântica do acontecimento: referência, nomeação e designação

Com o objetivo de argumentar, ao longo deste trabalho, tomando como base os pressupostos teóricos da Semântica do Acontecimento, que a questão da referência não se dá a partir do conceito de verdade, conforme defendem os estudiosos da semântica formal, mas do acontecimento em que funciona, e que o sentido, longe de ser um efeito de evidência e transparência, é uma relação linguística que se refere ao real da língua historicamente considerada, faz-se mister apresentar alguns conceitos, ainda que de modo sucinto, sobre a Semântica do Acontecimento, perspectiva a qual este trabalho se filia.

A Semântica do Acontecimento é “uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2005, p.7). Nessa concepção, há de se considerar dois elementos básicos: a constituição do sujeito que enuncia e a questão da enunciação. O espaço da enunciação considera a constituição histórica do sentido, juntamente com o aspecto político na linguagem.

É nessa perspectiva que o autor define os conceitos de referência, nomeação e designação. Guimarães (2005, p.9) postula a nomeação como “funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”. Já a designação seria entendida como a “significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história”.

Guimarães (2005) vale-se, ainda, do conceito de designação para distingui-lo do conceito de referência. A designação seria produzida no acontecimento pelo processo enunciativo com o caráter de instabilidade, produzindo uma singularidade, embora funcione sob o efeito da estabilidade; a designação seria “o modo pelo qual o real é significado na linguagem” (2007, p.82). A referência, por sua vez, “é uma particularização de algo na e pela enunciação” (p.9). Apesar de Guimarães (2007) estabelecer uma diferenciação entre designação e referência, reconhece certa relação entre essas noções, no sentido de que “só é possível particularizar, referir, porque as palavras designam, assim como no processo constante da enunciação, a cada vez que se refere, produzem-se as designações” (p. 82). A significação seria, também, fundamental para o processo de referência, já que “as coisas existentes são referidas enquanto significadas e não enquanto simplesmente existentes” (GUIMARÃES, 2005, p.10).

Enfim, a designação dos nomes é construída de forma simbólica, porque o processo de enunciação é sempre afetado por esse simbólico, num mundo vivido pelo simbólico, e não como um mundo físico. É somente por meio do simbólico que é possível considerar toda a trama de relações que entram em jogo no processo de nomeação de uma rua e suas possíveis designações (GUIMARÃES, 2005).

Feitas essas considerações iniciais, convidamos o leitor a fazer um passeio pela história do bairro objeto de nossa reflexão.

1.1 Um pouco de história

O terreno sobre o qual se localiza o bairro Cohab Nova foi vendido pela Prefeitura Municipal na gestão do então prefeito Ivo Cuiabano Scaff

para a Companhia de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso – COHAB – MT em 1981. O loteamento ali construído recebeu o nome de Núcleo Habitacional São Luiz.

A nomeação desse núcleo evoca a memória religiosa do município, pois São Luiz é o padroeiro da cidade. Verifica-se aí um deslocamento de sentidos a partir desse processo de renomeação; enquanto núcleo, o nome refere-se a um memorável religioso, e, enquanto bairro, remete ao memorável de cunho empresarial, presente também em outros municípios do Estado e mesmo do país. A alteração dos nomes de Núcleo Habitacional São Luiz para Cohab Nova faz com que se perca, de certa forma, a relação identitária com a cidade, permitida pela nomeação Núcleo Habitacional São Luiz, identificação essa que será retomada com o processo de nomeação dos nomes das ruas do bairro.

É importante salientar que o nome da companhia habitacional adquiriu, em Cáceres, o estatuto de bairro. Assim, Cohab Nova é a denominação de um bairro do município, o que se constata nos mapas e nos documentos oficiais da cidade. O primeiro conjunto habitacional de responsabilidade dessa mesma companhia também recebeu o estatuto de bairro, sendo hoje denominado Cohab Velha.

1.2 O processo de nomeação das ruas: do loteamento ao bairro, das letras e números aos nomes de família

As ruas do então loteamento eram identificadas como ruas: A, B, B1, B2, B3, B4, B5, B6, B-A1, B-A2, B-A3, C, CB1, C1, C2, C3, C4, CB2, CB4, RC1, RC2, RC3, RC4, RC5, RC6, RC7, RC8, RC9, RC10, RC11, o que é normalmente comum na construção de um loteamento em qualquer

canto do país e que revela a relação desses enunciados com outros enunciados. No entanto, essas letras e números, considerados como “um espaço aberto à nomeação” (GUIMARÃES, 2005, p.51), são fruto da posição ocupada por um locutor que enuncia de um lugar que seria aquele do administrativo, o que produz a rememoração desse discurso administrativo, em que a “memória aí presente é a da necessidade de uma identificação de lugares no espaço como endereço, ou seja, como lugares em que pessoas determinadas habitam, ou trabalham, etc.”, ou seja, “como se fosse a temporalização de um presente e de um futuro sem memória” (GUIMARÃES, 2001, p.98). Em outras palavras, sem história.

De todo modo, ao se valer de letras e números para nomear as ruas do então Núcleo Habitacional São Luiz, é denunciada a necessidade do Estado de controlar os seus cidadãos também por meio do endereço: “o número como nome é a indicação do urbano como o lugar do controle, do endereço: para estar na cidade, ser cidade, é preciso ter um endereço, mesmo que não se esteja na história (memorável) da cidade” (GUIMARÃES, 2005, p.51). Além disso, “esta futuridade instalada no nome de rua enquanto lugar que identifica para depois e sempre os espaços e os que o habitam. Tem-se aí um sentido de controle que faz parte do processo de identidade social das pessoas, enquanto identificação de um endereço” (p.51).

Quando da transição dos nomes das ruas do loteamento para os nomes das ruas do bairro, tem-se o momento em que a cidade se volta para sua história, homenageando alguns de cidadãos. A decisão de se nomear o bairro com sobrenomes de famílias cacerenses partiu da prefeita da época, Ana Maria da Costa e Faria, mais conhecida como “Nana”, que assumiu a prefeitura de Cáceres em 1983. Os entrevistados dizem que, enquanto

prefeito, Ivo Scaff teve a iniciativa de nomear as ruas do bairro com os sobrenomes de famílias residentes em Cáceres. Porém, esse projeto foi concretizado somente na gestão de Nana, que definiu quais nomes fariam parte do rol das ruas do bairro, ignorando, inclusive, as escolhas de Scaff.

A pouca documentação encontrada e os depoimentos dos moradores sugerem que os nomes das ruas foram alterados gradativamente, ao longo da década de 80. A falta de todos os documentos comprobatórios quanto a essa questão sugere duas hipóteses sobre esse fato: a transição dos nomes das ruas do loteamento para os nomes das famílias não seria concomitante, ou seja, o processo teria se iniciado por volta de 1983 e teria sido concluído bem posteriormente; a segunda sugere que dado ao descontentamento dos moradores, por não terem nenhuma relação com aqueles nomes, o que produziu o estranhamento da população quanto a essas nomeações, os moradores continuariam a utilizar os nomes originais do loteamento. Localizamos documentos elaborados pela população, bem como pela prefeitura que apontam que, em 1989, ainda eram utilizadas, para pelo menos uma das ruas, as seguintes indicações: Rua B-5 Q.04 Lote 16 e Rua B-5 Q.05 Lote 16, ou seja, nomeações da época em que o terreno foi loteado. Foi-nos relatado que, até nos dias de hoje, quando se fornece um endereço relativo ao bairro, os interlocutores ainda perguntam o número da quadra, para melhor localização.

Afirma Vignes (1999, p.235), sobre a prática de atribuição de nomes, que esta “apresenta-se de forma bastante variada, em função do tamanho da cidade e de sua situação”³. De todo modo, morar em uma rua

³ Tradução minha. No original, “La pratique d’attribution de noms aux rues s’avère très variable, en fonction de la taille de la ville et de sa situation”.

em que o nome é um sobrenome chama um tanto a atenção, principalmente dos visitantes e daqueles que não são naturais de Cáceres. Esses nomes funcionam como uma forma de marcar a identidade local, além de remeterem a um passado do município. Porém, essa singularidade não se restringe ao bairro Cohab Nova, pois, ao examinar o mapa da cidade de Cáceres, verifica-se que as ruas do bairro Nova Era também recebem o nome de famílias cacerenses⁴. Há outros bairros também que registram em suas ruas nomes de famílias, como Massa Barro, Cavahada I, Santa Rosa, Junco, Rodeio, Jardim São Luiz da Ponte e Distrito Industrial, o que acaba por conferir certa particularidade à cidade.

Todas essas denominações de ruas são fruto dos lugares institucionais dos sujeitos constituintes dessas enunciações, lugares esses que não são estáveis, uma vez que estão relacionados às condições de produção em que esses sujeitos enunciam. O lugar do sujeito que nomeou as ruas com nomes de animais, por exemplo, não é a mesma que nomeou as ruas da Cohab Nova, ou as ruas do Centro Histórico da cidade, ainda que essas nomeações também tenham sido legitimadas pelo Estado. Desse modo, as designações dessas ruas são completamente diferentes, já que funcionam em acontecimentos distintos, apresentando temporalidades também distintas⁵.

⁴ Os nomes das ruas contemplam uma tipologia bastante variada de famílias, como Rua dos Vanini, dos Dourado Rodrigues, dos Maciel, além de famílias de comerciantes, fazendeiros, funcionários públicos, empresários, entre outros.

⁵ Essa questão não é o foco deste trabalho e, portanto, deve servir de reflexão para uma próxima pesquisa.

Passemos, agora, à apresentação das estruturas morfossintáticas e semântico-enunciativas desses nomes, respectivamente, a fim de melhor compreender o processo de designação.

1.3 Estrutura morfossintática dos nomes das ruas da Cohab Nova

Do ponto de vista morfossintático, podemos classificar as ruas em três grupos: a) nome próprio de pessoa; b) sintagmas preposicionados de um único núcleo; e c) sintagma preposicionado de dois núcleos. Eis os nomes das ruas, em ordem alfabética:

Rua dos Alves Ribeiro; Rua dos Antunes; Rua dos Araújo; Rua dos Bexigas; Rua dos Coelhos; Rua dos Corbelinos; Rua dos Costa; Rua dos Costa Pereira; Rua dos Couto; Rua dos Cuiabanos; Rua dos Dantas; Rua dos Dias; Rua dos Dulce Rua dos El Chami; Rua Francisco Vieira de Azevedo; Rua dos Gomes Neto; Rua dos Kury; Rua dos Lara; Rua dos Madeval; Rua dos Maldonado; Rua dos Marinhos; Rua dos Martins; Rua dos Massad; Rua dos Monteiro; Rua Paes e Mesquita; Rua dos Serranos.

No que concerne ao item “a”, nome próprio de pessoa, há única ocorrência, rua Francisco Vieira Azevedo. Antes de nos atermos a esse caso específico, vejamos alguns exemplos de renomeações interessantes tratados por Vignes (1999), que toma como corpus a cidade francesa de Rouen. Na perspectiva do autor, “a mudança de nome de rua parece ser uma prática tão antiga quanto a nomeação” (p.236), ainda que tanto a “mudança quanto a atribuição de nomes às ruas estão a cargo da autoridade administrativa” (p.237)⁶. Baseando-se nos trabalhos de Périaux (1819), afirma que antes do

⁶ Tradução minha. No original, “Le changement de nom de rue semble être une pratique aussi ancienne que la nomination” e “le changement comme l’attribution de noms aux rues ont été conjointement pris en charge par l’autorité administrative”, respectivamente.

século XVI, as ruas não tinham ainda nomes bem determinados e que as denominações variariam “segundo o capricho de seus habitantes”, o que explicaria, ainda de acordo com o autor, que algumas ruas tinham o mesmo nome, ao passo que outra rua poderia, ao contrário, ter vários nomes.

Vignes também destaca que os nomes das ruas, por volta de 1430, tinham um caráter indiciário. Assim, a escolha era feita em função da necessidade de ajustes: “os elementos mais visíveis ou característicos prevaleciam e se sucediam em função das modificações do real” (p.237). Para ilustrar esses casos, o autor cita a mudança do nome da “rue de l’Éperon” [rua da Espora] para “rue de La Seille” [rua da Celha], em virtude de uma mudança na insígnia. Além desses casos, alguns nomes de ruas, “julgados indesejáveis” ou então “insignificantes” (p.247) foram substituídos por outros, em nome de um “dever de memória”, por “nomes históricos ou de homens recomendáveis” normandos do período ducal (DURANVILLE, apud VIGNES, 1999, p.241).

Voltando ao contexto mato-grossense, o nome anterior desse logradouro era Rua dos Azevedos, que passou a ser chamado, por meio da lei nº 906, de 13 de junho de 1983, Rua Francisco Vieira de Azevedo. A documentação encontrada, ainda escrita a mão, não explica o porquê dessa alteração, mas se pode aventar a hipótese de que se quisesse homenagear apenas um dos membros da família, e não todo o grupo pertencente aos Azevedos. A designação do nome Rua dos Azevedos não é a mesma de rua Francisco Vieira de Azevedo, pois substituir um nome de rua nome por outro, ainda que essa renomeação fique, de certo modo, na mesma família, produz sentidos diferentes, já que não é propriamente o núcleo dos Azevedos que é homenageado, e sim o cidadão Francisco Vieira de Azevedo, que apesar de não deixar de representar a família a que pertence, a

homenagem recai sobre esse personagem, e não aos demais membros da família.

Como se pode constatar na relação acima, a grande maioria das ruas pode ser classificada como aquelas pertencentes ao item b, ou seja, sintagmas preposicionados de um único núcleo; já no grupo “c”, sintagma preposicionado de dois núcleos, há apenas dois nomes de ruas, a dos Alves Ribeiro e dos Gomes Neto, construídas por meio de dois sobrenomes, dois núcleos, portanto.

Observa-se, também, que alguns nomes de rua trazem os sobrenomes no plural, como é o caso das ruas dos Bexigas, dos Corbelinos (ou dos Corbelino, como é o registro encontrado em outros mapas), dos Cuiabanos e dos Serranos. Os demais são construídas por meio do sobrenome no singular. Do ponto de vista da morfologia, os sobrenomes devem ser grafados no plural, da mesma forma como ocorre com os substantivos comuns, a não ser nos casos em que os sobrenomes terminam em “s” ou “z”, os quais devem permanecer invariáveis. Porém, não é essa a regra aplicada aos nomes da Cohab Nova.

É importante salientar, ainda tomando os nomes do ponto de vista morfossintático, que os nomes de ruas não se constroem por meio de uma estrutura de frases, o que contribui para particularizar o funcionamento desses nomes em relação a outras denominações. Segundo Guimarães (2007, p.46), “estas estruturas já mostram uma diferença do funcionamento dos nomes de ruas relativamente a outros nomes próprios como os nomes próprios de pessoa e os nomes de quadros de pintura, por exemplo” e, acrescentamos, no caso dos nomes das ruas da Cohab Nova, também em relação aos nomes de ruas mais convencionais.

1.4 Funcionamento semântico-enunciativo dos nomes

Pode-se afirmar que é possível, por meio da análise dos nomes de ruas enquanto nomes no mapa, observar o desdobramento da unidade textual do locutor, que se divide em um locutor-oficial - da administração pública da cidade, tomado como lugar social que enuncia - e um enunciador-universal, que coloca a enunciação dos nomes no mapa como uma forma de perpetuá-los.

Esse locutor-oficial realiza o ato de nomeação por meio de leis que legitimam e institucionalizam essas enunciações. As análises de Guimarães têm apontado para o funcionamento dos nomes num acontecimento afetado pelo lugar do sujeito jurídico-administrativo, como posição do interdiscurso que afeta a língua nesse acontecimento.

Do ponto de vista do idioma, não se pode enunciar, no caso brasileiro, não se valendo da língua oficial do Estado, no caso, o português, já que as cenas enunciativas da nomeação das ruas se dão no espaço enunciativo da língua nacional (GUIMARÃES, 2005).

É interessante observar que o processo de nomeação, ao mesmo tempo que evoca esse passado memorável do município, funcionando como narrativas memoráveis desse local, homenageando os seus cidadãos, a finalidade primeira é atender as necessidades do discurso jurídico-administrativo em estabelecer os endereços para todos os cidadãos, com o intuito de localizá-lo e, de certa forma, de controlá-lo. Para Guimarães (2005, p.51), esse processo coloca em evidência

o funcionamento de instrumento de controle do urbano sobre o cidadão. Coloca visível essa futuridade instalada no nome de rua enquanto lugar que identifica para depois e sempre os espaços e os que o habitam. Tem-se aí um sentido de controle

que faz parte do processo de identidade social das pessoas, enquanto identificação com um endereço.

Ainda a respeito desse controle exercido pelo Estado, Guimarães (2005, p.92) afirma:

Estes nomes designam e referem ruas, na medida em que as identificam num certo processo social e histórico. E aqui o processo envolve uma relação de sentido entre a identificação dos espaços pelos nomes e sua localização, enquanto efeito institucional e administrativo. O nome de rua trabalha assim a identificação do espaço para pessoas e a localização destas pelo Estado.

Exemplificamos um pouco mais essa questão do controle exercido pelo Estado ao percorrer a história dos nomes das ruas da cidade de São Paulo. Nota-se que foi em 1809, por ocasião da vinda da corte portuguesa para o Brasil, que começa a haver a preocupação com as denominações de ruas em placas e numeração das casas. Tratava-se de uma determinação do ouvidor da comarca, Miguel Antonio de Azevedo Veiga, dirigida à câmara municipal, objetivando facilitar a cobrança de impostos, bem como instituir um maior controle do Estado sobre os cidadãos:

Ordeno a Vossas Senhorias que sem perda de tempo passem a mandar escrever em cada princípio de rua na quina, ou canto de casa, que ficar mais commodo o nome da mesma rua, e consecutivamente em cada propriedade de casa os números por letras de algarismos desde um até ficarem numeradas todas as propriedades de cassa da respectiva rua, começando novamente pelo mesmo número um na seguinte rua, tudo como na primeira, de maneira que em toda a cidade não fique rua, ou beco sem nome, assim como propriedade alguma sem número no alto da porta, que der principal servidão á [sic] mesma casa, pela maneira que fica insinuada. (CAMARGO, 2008, grifos do autor).

Camargo relata que antes da determinação do ouvidor, num tempo em que a cidade contava com um número pequeno de moradores, as ruas

eram identificadas como segue: “pegado com Pedro Tanques”; “junto à casa de Fundação”; “junto aos muros dos frades de São Francisco”; “defronte do Colégio”; “defronte do pelourinho”; defronte à cadeia”. Posteriormente, surgiram identificações um pouco mais precisas, tais como: “a travessa que vai para as casas do defundo Dom Simão; a rua defronte de João Paes; a rua em que mora Marcellino Camargo, “a rua em que tem casas Francisco Furtado”.

Retornando ao corpus deste trabalho, aos nomes de ruas do bairro Cohab Nova tomadas como mapa, as enunciações dos nomes do bairro, por sua vez, relacionam-se a outras enunciações, no caso, aos sobrenomes de famílias tradicionais, que, por alguma razão, foram escolhidas para inscreverem seus nomes na história da cidade. Assim, compreendemos que o ato de nomear as ruas com sobrenomes de famílias é produto de uma enunciação construída a partir de outra enunciação, assim como a nomeação do então loteamento com letras e números. No entanto, “não é o mesmo lugar de enunciação que dá a uma rua um número como nome ou o nome de uma data nacional como 7 de setembro” (GUIMARÃES, 2001, p.98). Trata-se do interdiscurso afetando a língua, são os efeitos de uma memória funcionando nesse acontecimento.

Desta forma, o ato de nomear as ruas de um bairro com sobrenomes de famílias, apresentando estruturas morfossintáticas que evidenciam esse núcleo familiar, evocaria uma memória de moradores que, de uma forma ou de outra, fizeram parte da história do município; são famílias de origem portuguesa, espanhola, árabe, o que dá visibilidade ao processo de formação da população da cidade. As cenas enunciativas em que esse locutor-oficial faz as nomeações, haja vista que as prerrogativas para a nomeação de uma rua são do poder público, são tomadas, portanto,

por esse memorável. No caso desse bairro de Cáceres, entendemos que esses nomes revelam a história da cidade, o que reforça nossa hipótese de que a escolha desses nomes não é aleatória. Não se trata, portanto, de uma etiqueta colada à palavra, pois o processo de nomeação é motivado por questões históricas e políticas. Nesse sentido,

o nome não é um selo para um objeto, mas é, de algum modo, a construção de um objeto pelo que o nome designa. A construção de um objeto deve ser aqui entendida como uma divisão do real pela linguagem que a ele está exposta e que assim o identifica simbolicamente. (GUIMARAES, 2005, p.63).

Cumpramos destacar que nesse processo de seleção dos nomes, não se trata de homenagear um único indivíduo, ou homenagear a família por meio desse indivíduo, como no caso das nomeações mais convencionais (com a exceção da Rua Francisco Vieira de Azevedo), nem tampouco toda a família relativa a esse indivíduo. Poder-se-ia também pensar, numa primeira visada, que esses sobrenomes não particularizariam determinadas famílias e que, sob essa ótica, essas homenagens se estenderiam a todos os cidadãos cacerenses que sustentassem esse ou aquele sobrenome, haja vista que os sobrenomes em questão, principalmente os de origem portuguesa e espanhola, são um tanto comuns.

Contudo, o que sustenta a nossa hipótese de que esses sobrenomes têm o caráter restritivo é o processo de escolha desses nomes de rua; são as enunciações presentes nesse ato de nomeação. De acordo com os entrevistados, as famílias homenageadas pertencem, de modo geral, à elite de Cáceres, à pequena burguesia, aos frequentadores do antigo Esporte

Clube Humaitá⁷, com exceção de algumas famílias, que são pessoas simples do povo.

Dessa forma, ao se incluir certas famílias no rol dessas ruas, excluem-se tantas outras, ou seja, no processo de seleção dos nomes há um duplo processo de silenciamento (ORLANDI, 2007): um no sentido de que nem todas as famílias tradicionais da cidade foram contempladas com nomes de ruas nesse bairro, o que gerou, de acordo com um dos entrevistados, reclamações dirigidas à Câmara Municipal por aqueles que não foram homenageados, e outro no sentido de que os sobrenomes não abrigam todas as pessoas que os assinam, mas apenas os membros pertencentes a determinados ramos, a um clã específico.

Considerando que esses nomes fazem menção a famílias tradicionais da cidade, essas nomeações apontam, mais uma vez, para o fato de que os nomes, e, em especial, os nomes das ruas, não são etiquetas vazias, não são transparentes, pois produzem seu sentido no acontecimento histórico e social em que funcionam. E esse sentido é o de legitimar, também por meio de nomes de rua, o poder de um determinado grupo social, numa determinada conjuntura histórica, política e social. Nas palavras de Guimarães (2005, p.56),

os nomes no Mapa, mesmo que apareçam aí como meras etiquetas de espaços urbanos, são, enquanto nomes, o mapa (linguagem) que relaciona esta cidade com sua história, sem a

⁷ Esse clube completou, em 20 de setembro de 1980, 34 anos de fundação, e, para se melhor compreender a importância social desse clube, quando este completou esse aniversário, as comemorações se deram com uma série de solenidades, incluindo hasteamento de bandeiras, missa, coquetel e baile (FERREIRA MENDES, 1992).

qual ela não é uma cidade. E estes nomes [...] são, enquanto sentido (designação), o que produz incessantemente uma identificação dos espaços da cidade e da cidade consigo mesma. E assim constitui estes espaços como espaços de identificação de sujeitos.

Considerar o mapa como um texto seria tomá-lo numa relação integrativa, ou seja, seria tomar o nome das ruas no texto de que faz parte, no caso, no mapa do bairro, que, por sua vez, é constituinte de um mapa da cidade. Segundo Guimarães, nessa perspectiva se permite mostrar o modo pelo qual as designações dos nomes das ruas se constituem, principalmente porque, ao se analisar a temporalidade do acontecimento para descrever o memorável que dele faz parte, esse processo também traria as enunciações que significariam no acontecimento. Deve-se, portanto, recorrer sempre a esse mapa, por ser uma unidade maior e mais ampla, para se chegar ao sentido de uma palavra, de uma expressão.

1.5 A questão do memorável

Todos os nomes das ruas do bairro se reportam a narrativas locais, considerando que os sobrenomes ou são de cacerenses natos ou de pessoas que para Cáceres se mudaram há muitos anos, construindo aqui a sua família, o seu “nome”. Porém, esses sobrenomes, em sua grande maioria, não seriam aqueles relativos à fundação da cidade, como Albuquerque, Melo, Pereira, Pinto, Rego (ZATTAR, 2000), que evocam os fundadores do município, mas sobrenomes de famílias que evocam um passado um pouco mais recente, o que coloca em evidência as diversas fases sociopolíticas e econômicas pelas quais Cáceres passou, principalmente por ser uma cidade muito antiga – mais de 200 anos -, sofrendo, portanto, influências que remontam à colonização do Brasil (ARRUDA, 2001).

Desse modo, entendemos que essas narrativas ecoariam duas grandes categoriais, quais sejam, a origem como memorável, pelo fato de que recortam narrativas locais, e o poder como memorável, considerando que os acontecimentos que nomeiam essas ruas estão relacionados a atividades econômicas desenvolvidas no município, bem como a questões políticas. Na maioria dos casos, essas memórias e esses discursos se cruzam, sendo uma tarefa complexa classificar estes ou aqueles sobrenomes em uma ou outra categoria.

Sendo assim, optamos por apresentar os nomes dessas ruas sem essa categorização rígida. Além disso, apresentamos apenas os sobrenomes de famílias cujas ocupações ou posições na cidade fazem parte da memória dos entrevistados, pois, conforme já dito no início deste trabalho, a falta de documentação forçou-nos a recorrer a entrevistas com sujeitos que fizeram parte, de uma forma ou de outra, desse processo de nomeação das ruas.

1.5.1 Famílias homenageadas: alguns sentidos

Apresentamos alguns aspectos que coletamos durante a pesquisa relativos à história das famílias homenageadas:

- 1) Família MONTEIRO, trata-se de uma homenagem à família de José Monteiro da Silva, médico e ex-prefeito nos anos 70; observa-se no mapa que essa rua é uma *rua tronco coletora*, ou seja, uma das ruas principais do bairro;
- 2) Família PAES E MESQUITA, em que um de seus membros era cunhado de Nana; trata-se, também, de uma rua importante, por ser uma *rua tronco coletora*;

-
- 3) Família CUIABANO, sobrenome da família do prefeito Ivo Cuiabano Scaff, prefeito antecessor a Nana;
 - 4) Família MALDONADO, descendente de bolivianos, mais precisamente, do cônsul da Bolívia Reyes Maldonado; são, também, grandes proprietários de terras;
 - 5) Família DANTAS, de político e empresários;
 - 6) Família DULCE, do comerciante José Dulce, que foi agraciado com o título de coronel sem nunca tê-lo sido, devido a sua influência comercial e política. Cabe mencionar que, no centro da cidade, há uma rua denominada Coronel José Dulce. Trata-se, portanto, de uma dupla homenagem;
 - 7) Família de militares de alta patente: COUTO e ARAÚJO
 - 8) Família LARA: latifundiários, donos originalmente da fazenda histórica Jacobina;
 - 9) Famílias que homenageiam comerciantes do município: DIAS, KURY, MASSAD, CARVALHO, MACEDO e COSTA;
 - 10) Famílias que homenageiam comerciantes e proprietários rurais: EL CHAMI e SILVA;
 - 11) Famílias de funcionários públicos com altos cargos: COSTA PEREIRA, também formada por fazendeiros no passado; CORBELINOS; MARINHO;
 - 12) Família de funcionário da prefeitura (vigia): LEITE DE SOUZA;

13) Famílias de profissionais liberais: SERRANO (médico) e ANTUNES (marceneiro).

As cenas enunciativas em torno do processo de nomeação indicam temporalidades distintas e específicas (do poder político, do poder econômico, da identificação com o regime militar), marcando a cena enunciativa em que essas nomeações se deram; porém, sob a ótica do presente do acontecimento da enunciação, estão no mapa numa convivência temporal, produzindo o efeito de homogeneidade reguladora do administrativo.

Por outro lado, apesar de haver, no ato dessas nomeações, temporalidades distintas, estas apresentam um ponto em comum: os nomes das ruas são sobrenomes de famílias de Cáceres, sobrenomes estes que apontam, em sua grande maioria, para famílias de influência econômica, política e social no município, ou seja, nomes de famílias de classes sociais mais favorecidas.

As famílias Leite de Souza e Antunes fogem à regra quanto ao poder econômico e também político; porém, são pessoas do povo que prestaram serviços relevantes ao município e cujos descendentes já possuem cargos de maior destaque na sociedade, como a ocupação de cargos públicos.

Pode-se verificar que há um cruzamento de discursos nesse processo de nomeação: os discursos do poder político se cruzam com o discurso do poder econômico, que abarca o status social desses sujeitos. A quantidade de ruas que reportam às pessoas que não detêm o mesmo prestígio político, social e econômico é de número extremamente menor quando se compara com os homenageados dessa outra estirpe. Desse modo,

há todo um processo de silenciamento em relação a pessoas que não fazem parte do staff político, econômico e social vigente nos idos dos anos 80.

Assim, vemos que os espaços de enunciação da língua nacional subjacentes a essas nomeações também funcionam como um mecanismo de controle, como impedimento de nomeações indesejadas ao poder do Estado.

Considerações finais

Os sentidos dos nomes das ruas se deram no e pelo acontecimento, no funcionamento desses enunciados enquanto textos, enquanto mapa de um bairro, que está inserido em um município de um determinado Estado brasileiro. Não se pode deixar de mencionar que o lugar ocupado por esse locutor que nomeia essas ruas é o de um locutor-cacerense, identificado por todo um processo histórico, político e social que se faz presente no momento de se nomear as ruas do bairro. Para Guimarães (2005, p.94), “esse tipo de consideração do funcionamento da designação, nomeação e referência coloca absolutamente em cheque qualquer tentativa de tratamento composicional do sentido”, ligado “diretamente ao caráter próprio do funcionamento político da linguagem no acontecimento da enunciação.

Essa tendência de marcar o nome das ruas com sobrenomes, o que também se vê em outros bairros do município, revela um sentimento de extrema valorização do cidadão cacerense, melhor dizendo, de uma parcela de seus cidadãos, que são homenageados neste ou naquele bairro, em diferentes momentos da história. Essa forte nacionalidade cacerense, esse orgulho de fazer parte dessa terra, faz parte da memória, do passado dessa cidade, que já conheceu o apogeu, ocupando posição estratégica no cenário econômico e também político do país.

Como dois exemplos célebres, citamos as atividades industriais desenvolvidas na fazenda Descalvados, que transformava os subprodutos bovinos em caldo e couro, de fundamental importância para a economia de Mato Grosso, e o papel a fazenda Jacobina para o desenvolvimento e a subsistência da então Vila Maria do Paraguai.

No que toca à fazenda Descalvados, lemos, nas palavras do vice-presidente da província de Mato Grosso, José Joaquim Ramos Ferreira: “Está estabelecida no Descalvados a fábrica industrial mais importante da Província, já pelo valor material empregado e das fazendas de gado que lhe estão anexas, já pela importância dos impostos que paga à Província” (apud SIQUEIRA, 2002, p.119). No que diz respeito à fazenda Jacobina, segundo Ferreira Mendes (1973, p.39), esta “teria sido a célula – mater não só de Vila Maria, mas de todo o vale do rio Paraguai”.

Num passado mais recente, “Cáceres foi pólo colonizador a partir das décadas de 1950/1960, dando origem a inúmeros municípios que formaram a grande região de Cáceres” (FERREIRA; MOURA, 2008, p.48). Porém, hoje, a cidade se encontra em certo declínio nesses setores, tendo a pecuária como a base de sua economia.

Compreendemos que essa marcação de território, que se dá por meio desses nomes de ruas, aponta, ao lado de uma forte valorização do nativo, em oposição ao forasteiro, para a identificação constante de um memorável, em busca de uma constante identificação com um passado de glória, além de marcar essa cidade como uma cidade brasileira, em que a língua nacional está presente. Processo que traz como consequência, de acordo com Guimarães, a relação entre nomear os espaços públicos como parte do processo de identificação e localização dos lugares do cidadão na

cidade, em que o memorável, em cada caso específico, funciona numa nomeação de rua, sempre articulada com esse espaço de enunciação.

Esse jogo de oposição nativo x forasteiro do qual o processo de nomeação das ruas da Cohab Nova faz parte remete a expressões populares amplamente utilizadas no Estado de Mato Grosso: “pau-rodado” em oposição a “pau fincado”, cuja variação é “de chapa e cruz”. O “pau rodado” seria aquele sujeito que vem de outro Estado; já o “pau fincado” e o de “chapa e cruz” são aqueles nascidos em Mato Grosso, filho de matogrossenses ou daqueles que aqui chegaram há mais tempo.

O discurso do nativo, que reforça a identidade local, contrapondo-se àquele que vem de fora, é colocado em evidência nos nomes das ruas da Cohab Nova. Nesse sentido, Guimarães relembra que não é possível pensar no sentido de um nome, em especial, o nome de uma rua, no que ele significa, bem como o que ele refere, sem se recorrer ao processo pelo qual se dá esse nome, isto é, esse significado somente poderá ser estabelecido tomando a história enunciativa que o nomeou, o que é particularmente importante para se pensar nos sentidos possíveis para os nomes das ruas da Cohab Nova.

Pontos que reforçam a visão defendida ao longo deste estudo de que o sentido não pode ser concebido como referencial, mas construído por meio do acontecimento presente no funcionamento da linguagem.

Referências

ARRUDA, B. B. P. de. Ruas da cidade de Cáceres. **Revista de Estudos Acadêmicos**, Cáceres, n. 5, p.64-75, 2001.

CAMARGO, L. S. de. **História das ruas de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.dicionarioderuas.com.br/introducao.html>>. Acesso em: 28. nov. 2008.

FERREIRA MENDES, N. **Efemérides cacerenses**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1992. 2v.

_____. **História de Cáceres**: história da administração municipal. Cáceres: [s.n.], 1973. t.1.

FERREIRA, J. C. V.; MOURA E SILVA, J. de. **Cidades de Mato Grosso**: origem e significado de seus nomes. Cuiabá: Memória Brasileira, 2008. p.46-48.

GUIMARÃES, E. Domínio semântico da determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, C. (Orgs.). **A palavra**: forma e sentido. Campinas: Pontes, 2007. p.77-96.

_____. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2005.

_____. O mapa e suas ruas. In: ORLANDI, E.P. (Org.). **Cidade atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001. p.95-100.

MATO GROSSO (Estado). Lei nº 1.411, de 08 de outubro de 1997.

MATO GROSSO (Estado). Lei nº 906, de 13 de junho de 1983.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

PLURAL DOS SOBRENOMES. Disponível em: <<http://www.paginas.terra.com.br/educação/licoesdeportugues/substantivo.htm>>. Acesso em: 29.nov.2008.

SIQUEIRA, E.M. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

VIGNES, L. Les noms de rues: typologie et enjeux. In: AKIN, A. (Dir.). **Noms et re-noms**: la denomination des personnes, des populations, des

langues et des territoires. Rouen: Université de Rouen, 1999, p.229-249.
Collection Dyalang.

ZATTAR, N. B. da S. Era uma vez nome de ruas... **Revista de Estudos Acadêmicos**, Cáceres, n.4, p.78-91, 2000.